



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 030 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 06 DE ABRIL DE 2004 EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS
14.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	PROJETOS DE LEI	09
PAUTA	04	REQUERIMENTO	12
ATA	04	INDICAÇÕES	12

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

1.ª Vice-Presidente	Deputada Telma Pinheiro (PFL)	1.º Secretário	Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.ª Vice-Presidente	Deputado César Pires (PFL)	2.º Secretário	Deputado Max Barros (PFL)
3.ª Vice-Presidente	Deputado Reginaldo Nunes (PL)	3.º Secretário	Deputado Geovane Castro (PFL)
4.ª Vice-Presidente	Deputado Francisco Gomes (PFL)	4.º Secretário	Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem
5. Deputado César Pires
6. Deputado Francisco Gomes
7. Deputado Geovane Castro
8. Deputado João Evangelista
9. Deputado Joaquim Haickel
10. Deputado Manoel Ceará
11. Deputada Maura Jorge
12. Deputado Max Barros
13. Deputado Reginaldo Nunes
14. Deputado Pavão Filho
15. Deputado Rigo Teles
16. Deputado Rubens Pereira
17. Deputada Telma Pinheiro
18. Deputada Teresa Murad
19. Deputado Wilson Carvalho

Líder

Deputado Rubens Pereira

Vice-Líderes

Deputado Rigo Teles
Deputada Teresa Murad

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago
2. Deputado Alberto Franco
3. Deputado Antonio Pereira
4. Deputado Carlos Braide
5. Deputado Carlos Filho
6. Deputada Cristina Archer
7. Deputado Deusdedit Sampaio
8. Deputado Elígio Almeida
9. Deputado Hélio Soares
10. Deputado Humberto Coutinho
11. Deputada Janice Braide
12. Deputado José Lima
13. Deputado Manoel Ribeiro
14. Deputado Paulo Neto
15. Deputada Socorro Waquim
16. Deputado Soliney Silva
17. Deputado Stênio Resende

Líder

Deputado Soliney Silva

Vice-Líderes

Deputado
Deputado

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra
2. Deputada Graça Paz
3. Deputada Helena Barros Heluy
4. Deputado Julião Amin - licenc.
5. Deputado Luíz Pedro
6. Deputado Mauro Bezerra
7. Deputado Rubem Brito
8. Deputado Fortunato Macedo

Líder

Deputado Luíz Pedro

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide
Deputado Soliney Silva
Deputado Pavão Filho



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luís Pedro (BPO)	Fortunato Macedo (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luís Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Elígio Almeida (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Graça Paz (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Graça Paz (BPO)



VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Deusdedith Sampaio (BPP)
Rigo Teles (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Antonio Bacelar (BPD)	Antonio Pereira (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Graça Paz (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Deusdedith Sampaio (BPP)	João Evangelista (BPD)
Carlos Braide (BPP)	Antônio Bacelar (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Helena Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Janice Braide (BPD)
Helena Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Paulo Neto (BPP)	Elígio Almeida (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Deusdedith Sampaio (BPP)
Antônio Bacelar (BPD)	Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Socorro Waquim (BPP)	Rigo Teles (BPP)
Carlos Filho (BPD)	Wilson Carvalho (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Paulo Neto (BPD)
Janice Braide (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Carlos Filho (BPP)	Teresa Murad (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Wilson Carvalho (BPD)	Alberto Franco (BPP)
João Evangelista (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Helena Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Carlos Filho (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPP)
João Evangelista (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Camilo Figueiredo (BPD)	Teresa Murad (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Graça Paz (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE	Elígio Almeida (BPP)
Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Stênio Resende (BPP)
Camilo Figueiredo (BPD)	João Evangelista (BPD)
Deusdedith Sampaio (BPP)	Wilson Carvalho (BPD)
Janice Braide (BPP)	Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06/04/2004 - 3ª FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO ADERSON LAGO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSIÇÕES PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

DATA: 06/04/2004 – 3ª-FEIRA:

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 048/04, de autoria do Senhor Deputado Mauro Bezerra, que dispõe sobre o fornecimento de oxigênio aos portadores de pneumonia crônica e incapacitante na forma que especifica.
2. PROJETO DE LEI Nº 049/04, de autoria do Senhor Deputado Reginaldo Nunes, que institui tarifa social de água destinada a aposentados, idosos e portadores de deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências
3. PROJETO DE LEI Nº 050/04, de autoria do Senhor Deputado João Evangelista, que considera de Utilidade Pública, a Associação Beneficente centro de Produção e Formação de Cajari, com sede e foro em Cajari-MA.
4. MOÇÃO Nº 004/04, de autoria do Senhor Deputado Rubem Brito, de apêlo aos representantes maranhenses no Congresso Nacional que sufraguem favoravelmente a necessária Reforma do Poder Judiciário, incluindo-se o órgão de controle externo e o instituto da Súmula Vinculante a que nos referimos.

PRIORIDADE 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 044, enviado pela Mensagem Governamental nº 032/04, que define obrigação de pequeno valor para a Fazenda Pública do Estado do Maranhão, regulamentando o disposto no art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 040/04, de autoria do Senhor Deputado Francisco Gomes, que considera de Utilidade Pública, o Conselho Comunitário Cultural de Ribeira, com sede e foro em Icatú-MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 041/04, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que considera de Utilidade Pública, a União Recreativa e Cultural Bumba-boi Estrela do Maranhão, com sede e foro em São Luis-MA.
3. PROJETO DE LEI Nº 042/04, de autoria do Senhor Deputado José Lima, que considera de Utilidade Pública, a Associação

de Moradores Unidos pela Fé, da Vila J. Câmara, com sede e foro em São José de Ribamar-MA.

4. PROJETO DE LEI Nº 043/04, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Prestadores de Serviços de Saúde de Paraibano, com sede e foro em Paraibano-MA.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 038/04, de autoria do Senhor Deputado Hélio Soares, que considera de Utilidade Pública, a Associação Comunitária Rainha da Evangelização, com sede e foro em São Luis – MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 039/04, de autoria do Senhor Deputado Manoel ceará, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Moradores, Pais e Amigos do Município de Lago Verde, com sede e foro em Lago Verde-MA.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 033/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação Maranhense de Confeccionista de Timon, com sede e foro em Timon – MA.
2. PROJETO DE LEI Nº 034/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação Recreativa do Idoso de Timon, com sede e foro em Timon – MA.
3. PROJETO DE LEI Nº 035/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Planalto Formosa, com sede e foro em Timon-MA.
4. PROJETO DE LEI Nº 036/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores da Vila Isabel, com sede e foro em Timon-MA.
5. PROJETO DE LEI Nº 037/04, de autoria da Senhora Deputada Socorro Waquim, que considera de Utilidade Pública, a Associação Beneficente Santa Joana Dark, com sede e foro em Timon-MA.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO
MANOEL BEQUIMÃO, 05 de abril de 2004

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dez de março do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Mauro Bezerra.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Deusdedith



Sampaio, Domingos Dutra, Elgício Almeida, Fortunato Macedo, Francisco Gomes, Geovane Castro, Helena Barros Heluy, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Rezende, Telma Pinheiro, Teresa Murad e Wilson Carvalho; ausentes Aderson Lago, Alberto Franco, Camilo Figueiredo, Cristina Archer, Graça Paz, Hélio Soares (com justificativa), Maura Jorge (licenciada) e Pavão Filho. O Senhor presidente declarou aberta a sessão, em nome do povo e invocando a proteção de Deus e determinou a leitura do texto bíblico, da ata da sessão anterior, que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Projetos de Lei n°s 025/04, do deputado Pavão Filho, que dispõe sobre transferência de posse e benfeitorias para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Panaquatira e Itapari e 026/04, da deputada Socorro Waquim, que considera de utilidade pública o Instituto das Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Dores, na Cidade de Timon. Requerimentos n°s 039/04, do deputado João Evangelista, para que seja constituída uma comissão de representação externa, composta por 05 (cinco) deputados, para no prazo de 60 (sessenta) dias, para avaliar o estado de calamidade pública provocada pelas enchentes que vem ocorrendo em diversos municípios maranhenses e 040/04, do deputado Pavão Filho, ao gerente de Infra- Estrutura, Doutor João Cândido Dominici, solicitando informações em sobre a construção de 09 kms de estrada interligando a MA 402, com o Povoado Prata até o Povoado de Rampa. Indicações n°s 086 a 089/04, do deputado Domingos Dutra, ao desembargador Milson Coutinho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e ao desembargador Stélio Muniz, corregedor geral de Justiça, no sentido se serem adotadas providências visando a criação da Comarca de São Pedro de Água Branca a ser desmembrada da Comarca de Imperatriz; a criação da Comarca de Miranda a ser desmembrada da Comarca de Itapecuru; a criação da Comarca de Itinga a ser desmembrada da Comarca de Açailândia; a criação da Comarca de São João do Paraíso a ser desmembrada da Comarca de Porto Franco. Não havendo mais matéria para leitura, o Senhor presidente encaminhou o expediente à publicação, após deferir as indicações acima citadas. Não houve oradores inscritos neste turno dos trabalhos. Na ordem do dia foi anunciada em primeira e segunda discussão, regime de urgência a votação do Projeto de Lei Complementar n° 003/04, encaminhado pela Mensagem 001/04, do Poder Judiciário, que dá nona redação ao Código de Divisão e Organização Judiciária. Oferecido parecer favorável pelas Comissões de Justiça, Orçamento e de Administração. Sendo aprovado e encaminhado à sanção governamental. Ainda em primeira e segunda discussão, regime de urgência, foi aprovado e encaminhado à sanção governamental o Projeto de Lei n° 023/04, do deputado Carlos Alberto Milhomem, que altera a redação do art. 7° da Lei n° 274/03, que altera dispositivos da Lei n° 90/98, que cria o Fundo especial Legislativo. Oferecido parecer favorável pelas Comissões de Justiça e Orçamento. Por fim o plenário aprovou, em regime de urgência, primeira e segunda discussão o Projeto de Resolução n° 003/04, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a estruturação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Com parecer favorável oferecido pelas Comissões de Justiça e Orçamento e de Administração Pública.

Não houve orador inscrito no grande expediente. No tempo dos partidos ouviu-se o deputado Domingos Dutra pelo BPO reforçando suas colocações acerca da decisão do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de tornar sem efeito a nomeação o ex-suplente de senador Francisco Escórcio do cargo de assessor especial da subchefia de assuntos federativos da Secretaria de Coordenação Política da Presidência da República. Em aparte o deputado Geovane Castro se manifestou na defesa do ex-assessor da Presidência da República. Pala Bancado do Bloco Parlamentar Democrático, o Senhor deputado César Pires, fez uso da tribuna para denunciar a falta de critérios na avaliação do processo seletivo de professores no Estado. Ele disse que foi procurado por uma comissão de professores que lhe fizeram a denúncia e para que o mesmo interviesse, junto ao Governo, através do órgão competente, para que houvesse mais rigor no referido processo de seleção de professores. A deputada Helena Barros Heluy, no expediente final usou a tribuna para lembrar seus colegas sobre a sessão especial para debater sobre o tema da Campanha da fraternidade. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 10 de março de 2004.

Ata da Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em quinze de março do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Francisco Gomes.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às dezesseis horas, presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Deusdedit Sampaio, Domingos Dutra, Elgício Almeida, Francisco Gomes, Graça Paz, Hélio Soares, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Luiz Pedro, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Telma Pinheiro e Teresa Murad; ausentes Antonio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Filho, César Pires, Cristina Archer, Fortunato Macêdo, Geovane Castro, Helena Barros Heluy (com justificativa), Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Maura Jorge (licenciada), Soliney Silva, Stênio Resende e Wilson Carvalho. O Senhor presidente declarou aberta a sessão em nome do povo e invocando a proteção e Deus, determinou a leitura do texto bíblico, da ata da sessão anterior, que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Projetos Lei n°s 027/04, do deputado Alberto Franco, que considera de utilidade pública a Associação Beneficente e Cultural da Vila J. Lima, no Município de São José de Ribamar e 028/04, do deputado Aderson Lago, que dispõe sobre a instalação de eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro de seu imóvel. Requerimentos n°s 041/04, do deputado Stênio Resende, ao Conselho Regional de Medicina, manifestando apoio a luta deflagrada pela classe médica na defesa de reajuste da tabela de valores pagos pelas



operadoras de planos de saúde; 042/03, da deputada Telma Pinheiro, que seja realizada uma audiência pública, no dia 30 de março do ano em curso, às 14:30hs, para esclarecer e orientar os estabelecimentos de ensino religioso sobre a regularização e os critérios para que os mesmos sejam considerados legais junto ao órgãos oficiais que controlam as atividades educacionais; 034/04, da deputada Helena Barros Heluy, superintendente do INSS/MA, Doutor Luís Carlos Mendonça Furtado, solicitando o envio de relação de beneficiárias de salário-maternidade, como trabalhadoras rurais, que requererão o benefício em Caxias nos anos de 2002 e 2003, bem como cópia dos processos de habilitação/concessão desse benefício, período de junho a novembro do ano passado; 044/04, da referida deputada, ao superintendente do DNIT/MA, Doutor Leônidas Soriano Caldas Neto, reiterando informações sobre os motivos da paralisação das obras de construção da ponte sobre o Estrito dos Mosquitos; 045/04, da mesma deputada, ao gerente de Infra-Estrutura, solicitando-lhe informações sobre os motivos da paralisação das obras da estrada Matões/Parnarama; 046/04, do deputado Rigo Teles, solicitando a retirada de pauta da Proposta de Emenda Constitucional nº 001/02, de sua autoria; 047/04, do deputado Domingos Dutra, ao gerente de Desenvolvimento Humano, Doutor Luciano Moreira, solicitando informações sobre os contratos celebrados pelo Governo do Estado e com as empresas de segurança privada que exercem a segurança nas escolas públicas estaduais e 048/04, do deputado Geovane Castro, encaminhando votos de congratulações à secretária extraordinária de Solidariedade Humana, Doutora Alexandra Tavares, pela data comemorativa ao seu aniversário natalício, em 17 do mês em curso. Indicações nºs 090 e 091/04, do deputado Alberto Franco, ao prefeito de São Luís, Doutor Tadeu Palácio, e ao Governo do Estado, respectivamente, solicitando-lhes determinar a revisão das luminárias do sistema de iluminação das vias públicas localizada nas Escolas da Rede Pública Estadual, Municipal e Particular de Ensino, no Município de São Luís; 092/04, do deputado Reginaldo Nunes, ao gerente geral da TELEMAR, Doutor Alceu Venturoso Júnior, solicitando-lhe que determine a instalação de um telefone público, no Povoado de Santa Luzia, no Município de Rosário; 093 e 094/04, do deputado César Pires, ao gerente geral da TELEMAR, solicitando-lhe que determine a instalação de orelhões, nos Povoados Varig, Novo Jardim Miril, e Novo Jardim, no Município de Bom Jardim; 095/04, do deputado Pavão Filho, ao gerente geral da TELEMAR, solicitando providências no sentido de implantar o sistema de telefonia pública no Povoado Ludovico, do Município de Penalva; 096/04, do deputado Reginaldo Nunes, ao Governo do Estado, solicitando determinar ao diretor-presidente da CEMAR, a colocação de 1.000m de rede elétrica entre lugarejo de Ribeirão do Sítio e Ribeirão do Baixo, no Município de Pinheiro; 097 a 102/04, do deputado Rigo Teles, ao interventor da CEMAR, Doutor Sinval Gama Zaidan, solicitando a inclusão, no Plano de Universalização de Energia Elétrica para o exercício de 2004, nos Povoados de Capa Bode e Poço de Dantas, no Município de Presidente Dutra; Chapadinha, no Município de Mirador; Centro dos Pindais e Centro do Brigadeiro, no Município de São Raimundo; Estamos Vendo, no Município de Sítio Novo. Não havendo mais matéria para leitura, o Senhor presidente encaminhou o expediente à publicação, após deferir as indicações acima mencionadas. Não houve oradores inscritos neste turno dos trabalho, nem “quorum

regimental para apreciar matéria constante na ordem do dia. Não houve orador inscrito no grande expediente. No tempo dos partidos o deputado Domingos Dutra falando pelo Bloco Parlamentar de Oposição se solidarizou com o povo espanhol pelo atentado terrorista sofrido no último do 11 de março ao mesmo tempo em que parabenizou os espanhóis que levou a vitória o candidato do Partido Socialista, derrotando Partido Popular que apoiou as ações intervencionista do presidente americano. O Senhor Rubens Pereira, usou parte do tempo do Bloco Parlamentar Democrático para parabenizar o governador José Reinaldo pela implantação do programa “Luz para todos”, sendo aparteado pelos Senhores deputados Domingos Dutra, Aderson Lago, Mauro Bezerra, Hélio Soares e José Lima. O restante do tempo do BPD, o deputado Pavão Filho fez uso da tribuna para elogiar a secretária extraordinária de Solidariedade Humana, Doutora Alexandra Tavares, pelos excelente trabalho desenvolvido frente à essa secretária, quando destacou a implantação do programa Saúde na escola e Mutirão do Cidadão. Não havendo oradores inscritos no expediente final e nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 15 de março de 2004.

Ata da Oitava Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezesseis de março do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Soliney Silva.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Aderson Lago, Antônio Carlos Bacelar, Antonio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Deusdedith Sampaio, Domingos Dutra, Elgício Almeida, Francisco Gomes, Graça Paz, Humberto Coutinho, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, Luiz Pedro, Manoel Ribeiro, Manoel Ceará, Mauro Bezerra, Max Barros, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Resende, Telma Pinheiro e Teresa Murad; ausentes Alberto Franco (com justificativa), Cristina Archer, Fortunato Macêdo, Geovane Castro, Helena Barros Heluy (com justificativa), Hélio Soares, Janice Braide, José Lima, Maura Jorge (licenciada), Paulo Neto, Rubem Brito e Wilson Carvalho. O Senhor presidente declarou aberta a sessão em nome do povo e invocando a proteção de Deus e determinou a leitura do texto bíblico, da ata da sessão anterior, que foi considerada aprovada, e do seguinte expediente: Proposta de Emenda Constitucional nº 004/04, do deputado Aderson Lago, que suprime o parágrafo único do artigo 150 da Constituição do Estado do Maranhão. Indicações nºs 103 e 104/04, da deputada Helena Barros Heluy, ao governador do Estado, Doutor José Reinaldo Tavares, solicitando serviço de terraplanagem e pavimentação na estrada que liga os Municípios de Coelho Neto a Buriti de Inácia Vaz e Caxias ao Município de Buriti Bravo; 105/04, da referida autora, ao Governo do Estado, solicitando-lhe a recuperação da estrada



MA- 304, entre o Povoado Descanso e a sede do Município de Coelho Neto; 106, 107, 108 e 111/04, da citada deputada, ao gerente geral da TELEMAR, Doutor Alceu Venturoso Júnior, solicitando implantação do sistema de telefones públicos nos Povoados de Boa Esperança, Limoeiro e Peixe de Cuca, no Município de Matões, bem como no Povoado Lavra, em Caxias; 109 e 110/04, ainda da deputada Helena Heluy, ao Governo do Estado, solicitando a implantação de um Campus Avançado da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, no Município de Timon, como também, a construção de uma Escola Agrícola, naquele município; 112/04, da mesma autora, ao Governo do Estado, solicitando a construção de uma quadra poli- esportiva, no Município de Parnarama; 113 e 114/04, do deputado Antônio Pereira; ao coordenador da 15ª UNIT/DENIT, Doutor Leônidas Soriano Caldas Neto, solicitando a recuperação da BR- 010, nos trechos que ligam Açailândia a Itinga do Maranhão e Estreito a Imperatriz; 115/04, do mesmo autor, ao secretário de Coordenação das Gerências Regionais, Doutor José Jorge Leite Soares, solicitando empenho para a eletrificação urbana, no bairro São Geraldo, em Vila Nova dos Martírios; 116 a 133/04, do citado autor, solicitando-lhe ainda eletrificação rural de povoados dos Municípios de São Francisco do Brejão, Buriticupu, Açailândia, Estreito, Buriticupu, Davinópolis, Campestre do Maranhão, Buritirana, Amarante do Maranhão, Vila Nova dos Martírios, São João do Paraíso, Ribamar Fiquene, Porto Franco, Montes Altos, Lageado Novo, João Lisboa, Imperatriz e Edson Lobão; 134 a 157/04, do deputado Pavão Filho, ao Governo do Estado, solicitando autorizar a inclusão de povoados dos Municípios de Carutapera, Santa Helena, Santo Amaro do Maranhão, Central do Maranhão, no Plano de Universalização de Energia Elétrica, para o exercício 2004, através do Programa Viva Luz; 158 a 163/04, do deputado Paulo Neto, ao interventor da CEMAR, Doutor Sinval Gama Zaidan, solicitando a inclusão de diversos povoados dos Municípios de Chapadinha, Brejo e Araisos. Esgotada a matéria sobre a Mesa, o Senhor presidente encaminhou o expediente à publicação, após deferir as indicações acima mencionadas. Não houve oradores inscritos neste turno do trabalhos. A matéria constante da ordem do dia ficou transferida para a próxima sessão ordinária, por falta de "quorum" regimental. No primeiro horário do grande expediente encontrava-se inscrita a deputada Helena Heluy que estava ausente do plenário na oportunidade. No tempo dos partidos o deputado Domingos Dutra falando pelo Bloco de Oposição, registrou a assinatura do termo de cooperação conjunta proposto pelo INCRA, aos Ministérios da Defesa, das Ciências e Tecnologia e da Reforma Agrária, para o assentamento das famílias que hoje ocupam para da área de responsabilidade do Ministério da Defesa. Ele destacou a importância desse ato para uma boa convivência das comunidades remanescentes de quilombos e descendentes indígenas e o Centro de Lançamento de Alcântara. Em seguida o orador, justificou indicação sugerindo ao Governo do Estado que seja examinada a possibilidade de transferir o controle da Rádio Timbiras para a Assembleia Legislativa. Ele argumentou que a emissora oficial do Estado, nas vésperas de completar 63 anos de existência, vem perdendo sua capacidade operacional, mas poderá se recuperar como veículo de difusão coletiva. Sobre este particular o orador recebeu a solidariedade, em aparte do deputado Mauro Bezerra. Pela bancado do Bloco Parlamentar Democrático, o deputado Rubens Pereira denunciou a gravidade da situação

das estradas federais no Maranhão e anunciou que a população do Alto Turi vai interditar, no próximo dia 31, a BR-316. Ele informou que o movimento pacífico, organizado pelo Padre Abas, da Paróquia de Santa Luzia do Paruá, terá como objetivo chamar a atenção das autoridades e da sociedade para a situação crítica da rodovia e conclamou seus colegas parlamentares para que dêem apoio ao ato. Inscrito no expediente final o Senhor deputado Aderson Lago, cobrou do deputado Rigo Teles uma explicação para seu pedido de retirada da tramitação do Projeto de Emenda Constitucional nº 001/02, que trata de remuneração adicional do trabalho noturno, superior ao do diurno e sobre indenização para o fardamento de policial militar do Estado. Ele estranhou o pedido de retirada da pauta, suspeitando de que o autor da Emenda a tivesse usado para fazer média com os policiais militares no ano eleitoral. Após manifestar-se na defesa do mérito da proposta de emenda apresentada pelo deputado Rigo Teles, sugeriu-se que retirasse da ordem do dia o requerimento pedindo a retirada de pauta do emenda, para dar oportunidade ao plenário de se manifestar sobre a questão. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 16 de março de 2004.

Ata da Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezessete de março do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Elgício Almeida.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Aderson Lago, Antônio Carlos Bacelar, Antonio Pereira, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Filho, Domingos Dutra, Elgício Almeida, Fortunato Macêdo, Francisco Gomes, Graça Paz, Joaquim Nagib Haickel, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Mauro Bezerra, Max Barros, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Resende e Telma Pinheiro.; ausentes Alberto Franco (com justificativa), Camilo Figueiredo, Carlos Braide, César Pires, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio (com justificativa), Geovane Castro, Helena Barros Heluy (com justificativa), Hélio Soares, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, José Lima, Maura Jorge (licenciada), Paulo Neto, Teresa Murad e Wilson Carvalho. O Senhor presidente declarou aberta a sessão em nome do povo e invocando a proteção de Deus, e determinou a leitura do texto bíblico, da ata da sessão anterior, que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Projeto de Lei nº 29/04, do deputado Antonio Pereira, que concede passe livre nos ônibus das linhas semi- urbanas e intermunicipais na circunscrição do Estado do Maranhão. Requerimentos nºs 041/04, do deputado Stênio Rezende, ao Conselho Regional de Medicina - CRM, manifestando apoio ao movimento deflagrado pela classe médica em todo Brasil; 043/



04, da deputada Helena Heluy, ao Superintendente do INSS, Doutor Luís Carlos Mendonça Furtado, solicitando-lhe a relação de beneficiárias de salário- maternidade, como trabalhadoras rurais que requereram o benefício em Caxias, no período de 2002 a outubro de 2003, e a cópia dos processos de habilitação concessão de salário- maternidade de trabalhadora rurais de Caxias, no período de julho a novembro de 2003; 044/04, da mesma autora, ao Superintendente do DNIT, Doutor Leônidas Soriano Caldas Neto, solicitando os motivos que geraram a paralisação das obras de construção da ponte sobre o Estreito dos Mosquitos e quanto foi liberado para mencionada obra e se há previsão de retomada dos trabalhos; 045/04, da mesma autoria, ao gerente de Estado de Infra- Estrutura, Doutor João Cândido Dominici, solicitando informações sobre quais os motivos da paralisação das obras da estrada Matões- Parnarama, iniciada em abril de 2002, pelo prazo de 120 (dias) e qual o montante dos recursos já disponibilizados para essa estrada; 046/04, do deputado Rigo Teles, que seja retirada da Proposta de Emendas Constitucional nº 001/02, de sua autoria; 047/04, do deputado Domingos Dutra, ao Gerente de Estado de Desenvolvimento Humano, Doutor Luís Fernando Moura da Silva, solicitando as cópias dos contratos celebrados pelo Governo do Estado, com as empresas de segurança privada para exercerem a segurança nas escolas públicas estaduais e se o Governo do Estado vem cumprindo com suas obrigações contratuais no que se refere ao pagamento dos valores contratados; 048/04, do deputado Geovane Castro, que seja encaminhado votos de congratulações à secretária extraordinária de Solidariedade Humana, Doutora Alexandra Tavares, pela data comemorativa de seu aniversário, em 17 do mês em curso. Indicações nºs 164/04, do deputado Antonio Pereira, ao governador do Estado, Doutor José Reinaldo Tavares, solicitando que determine à Gerência de Desenvolvimento Humano, Doutor Luís Fernando Moura da Silva, a reforma do Centro de Ensino Francisco Fiim, no Povoado Bananal, no Município de Governador Edison Lobão; 165/04, do deputado José Lima, ao gerente geral da TELEMAR, Doutor Alceu Venturoso Júnior, solicitando que determine a instalação de um telefone público, na Cidade de Araisos, neste Estado. Não havendo mais matéria para leitura, o Senhor presidente encaminhou o expediente à publicação, após deferir as indicações acima mencionadas. Inscrita neste turno dos trabalhos, a deputada Socorro Waquim usou a tribuna para comunicar que o Município de Timon já dispõe de uma TV Comunitária. Por sua vez, o deputado Stênio Resende registrou a realização, na Cidade de Bacabal, do 1º Leilão de gado de cria e recria de engorda. Ele parabenizou os organizadores do evento, destacando a sua importância para a pecuária do Maranhão. Não houve oradores inscritos neste turno do trabalho. Na ordem do dia, foram aprovados os Requerimentos nºs 046/04, do deputado Rigo Teles, solicitando a retirada de pauta da Proposta de Emenda Constitucional nº 001/02, de sua autoria e 048/04, do deputado Geovane Castro, encaminhando votos de congratulações à secretária extraordinária de Solidariedade Humana, Doutora Alexandra Tavares, pela passagem do seu

aniversário natalício, em 17 do mês em curso. No primeiro horário do grande expediente ouviu-se o deputado Domingos Dutra traçando um perfil da sua trajetória política passando pela sua participação em momentos decisivo da história política maranhense, passando pela sua participação na greve da meia passagem, seu ingresso no Partido dos Trabalhadores, sua participação em grande parte dos conflitos agrários do Maranhão, citou sua candidatura ao governo do Estado em 98 para impedir que o PT sucumbisse no cenário político maranhense, falou sobre sua atuação como deputado federal de 91 a 95, quando apresentou a PEC da imunidade parlamentar, a que impõe limite do Juiz conceder liminar em conflito de terra e na modificação do Código de Processo Civil. Após relatar esses e outros fato importante do qual participou, o deputado petista fez uma comparação com a atuação do ex- suplente de senador Francisco Escórcio e disse que sua história política e profissional não poderia ser comparada com a história de Francisco Escórcio que teve como única atividade carregar as malas do ex-senador Alexandre Costa e que, para ser notado tem que usar a carteira funcional das Presidência da República, segundo consta da matéria publicada no jornal Pequeno, edição do dia 09 de março, sob o título “Cai a nomeação de Chiquinho Escórcio”, cuja matéria foi divulgada, mas até o momento não havia qualquer desmentido. Em aparte, o orador foi contestado pelo deputado Rubens Pereira e recebeu a solidariedade do deputado Mauro Bezerra. No tempo dos partidos, ouvir o deputado Joaquim Nagib Haickel, falando pelo Bloco Parlamentar Democrático denunciou uma série de atos ilícitos, praticados pelo prefeito de Pio XI. Segundo denuncia de um grupo de vereadores que veio procurá-lo para pedir apoio no encaminhamento de recurso judicial, os servidores público estão há três meses com os salários atrasados e vivem sob constante ameaça de demissão, especialmente os professores, eles acusam ainda o prefeito Raimundo Nonato Jansen Veloso de emitir notas fiscais frias, de desviar recursos públicos em benefício próprio e de praticar improbidade administrativa. No restante do tempo do BD, o deputado Rigo Teles respondeu ao questionamento do deputado Aderson Lago quanto ao pedido de retirada da Proposta de Emenda Constitucional nº 001/02, que trata sobre a policia Militar. Ele explicou que pediu a retirada, não para que a mesma fosse arquivada, mas para que a mesma seja analisada pelo Governo do Estado, a fim de se adequar a Lei de responsabilidade fiscal. No tempo reservado ao Bloco Parlamentar Progressista, a deputada Socorro Waquim para falar sobre a convenção Nacional do PMBD Mulher. Ela comunicou sua eleição para membro da Executiva Nacional e sua indicação para organizar a Comissão Provisória da entidade no Maranhão e ressaltou que no evento acontecido em Brasília, no dia 13 de março, foram discutidos itens importantes como: a presença da mulher nas eleições municipais deste ano, o Estatuto da Mulher e a participação na Conferência Nacional da Mulher, marcada para o mês de novembro, em Brasília e teve como objetivo ampliar a participação da mulher vida do país e lutar pela elaboração de políticas públicas específicas. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e



considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 17 de março de 2004.

Ata da Décima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em dezoito de março do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.

Primeiro secretário deputado Joaquim Nagib Haickel.

Segundo secretário Senhor deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Alberto Milhomem, Domingos Dutra, Fortunato Macêdo, Francisco Gomes, Graça Paz, Joaquim Nagib Haickel, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Mauro Bezerra, Max Barros, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rubens Pereira, Telma Pinheiro e Teresa Murad; ausentes Antonio Pereira (com justificativa), Camilo Figueiredo, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio (com justificativa), Elígio Almeida, Geovane Castro, Helena Barros Heluy (com justificativa), Hélio Soares, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, José Lima, Manoel Ribeiro, Maura Jorge (licenciada), Paulo Neto, Rigo Teles, Rubem Brito, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Resende e Wilson Carvalho. O Senhor presidente declarou aberta a sessão em nome do povo e invocando a proteção de Deus e determinou a leitura do texto bíblico, da ata da sessão anterior, que foi considerada aprovada e do seguinte expediente: Requerimento n°s 049/04, do deputado Aderson Lago, que seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa, o artigo publicado no Jornal Pequeno, edição do dia 14 de março do corrente ano, sob título "Para Que o Governo", de autoria do ex-deputado Roberto Rocha. Indicações n°s 166 e 167/04, do deputado Antonio Pereira, ao superintendente do Escritório de Negócios da Caixa Econômica Federal, em São Luís, Doutor José Carlos Nunes Júnior, solicitando que as Cidades de Imperatriz e Açailândia sejam contempladas com a linha de financiamento habitacional do Programa de Arrendamento Residencial - PAP, de acordo com a Lei Federal n° 10.188/01; 168/04, do mesmo autor, ao governador do Estado, Doutor José Reinaldo Tavares, solicitando que determine ao gerente de Desenvolvimento Humano, Doutor Luís Fernando Moura da Silva, a construção de escolas de ensino fundamental e médio, na sede do Município de Buritirana; 169/04, da deputada Socorro Waquim, ao gerente de Segurança Pública, Doutor Raimundo Cutrim, solicitando a instalação de dois trylers da polícia comunitária na Cidade de Timon; 170/04, da mesma autoria, ao Governo do Estado, solicitando a implantação de hortas comunitárias, no Município de Timon; 171/04, do deputado Manoel Ceará, ao Governo do Estado, afim de determinar a Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, efetuar estudo técnico às margem do Rio Mearim entre as Cidades de Pedreiras, São Luís Gonzaga e Bacabal, com a finalidade de viabilizar recursos para instalação de projetos de irrigação aos pequenos produtores rurais, localizados às

margens do Rio Mearim; 172/04, do mesmo autor, ao Governo do Estado, solicitando a instalação do curso de direito na Universidade Estadual - UEMA, no Município de Bacabal. Não havendo mais matéria para leitura, o Senhor presidente encaminhou o expediente à publicação, após deferir as indicações acima mencionadas. Inscrito no pequeno expediente ouviu-se o deputado Fortunato Macêdo que voltou a cobrar do Governo do Estado a recuperação da MA 22, trecho Porto Franco/Lageado Novo, que encontra-se intransitável. O orador prosseguiu na tribuna tecendo duras críticas ao programa de Tele Ensino, implantado pela ex-governadora Roseana Sarney e que não chegou a seu objetivo. Não houve "quorum" regimental para apreciara a matéria constante na ordem do dia. Não havendo orador inscrito no primeiro horário do grande expediente nem no tempo dos partidos, o deputado Domingos Dutra usando o expediente final voltou a defender a transferência da sede do Município de Paço do Lumiar para o conjunto Maiobão. Ele reformou seu argumento de que a sede daquele município está instalada em uma pequena vila, quando deveria ser transferida para conjunto Maiobão, que tem uma extensão muito maior e estrutura suficiente para instalação da sede do município em referência. Por fim, o deputado louvou a iniciativa do Poder Judiciário de abrir debate com a sociedade e com a classe política para discutir sobre criação e instalação de comarcas, mas criticou a aprovação do Projeto de Lei Complementa 034/04, do Poder Judiciário, que modifica o Código de Divisão e Organização Judiciário. Quanto a este particular, o deputado lamentou a visão equivocada do Judiciário de que o Legislativo não pode emendar projetos de sua autoria, referindo-se as suas emendas sugerindo a criação de comarca, que foram vetadas pelo governador do Estado. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e considerada aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 18 de março de 2004.

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N. 048/04

DISPÕE sobre o fornecimento de oxigênio aos portadores de pneumopatia crônica e incapacitante na forma que especifica.

Art. 1° - Os hospitais da rede pública e particular conveniados com o Sistema Único de Saúde-SUS, prestarão assistência domiciliar no fornecimento de oxigênio aos portadores de pneumopatia incapacitante.

Art. 2° - A Gerência de Qualidade de Vida credenciará um Hospital de Referência para avaliação dos pacientes a serem beneficiados com a oxigenoterapia prolongada, o qual expedirá o laudo médico específico para fins de atendimento na forma desta Lei.

Art. 3° - A Gerência de Qualidade de Vida manterá um telefone de emergência para receber e encaminhar aos hospitais os pedidos de atendimento aos pacientes, conforme preceitua o **caput** do art. 1°



Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO MARANHÃO, 31 de março de 2004.

MAURO BEZERRA

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI N. 049/04

Autor: Deputado Reginaldo Costa Nunes

PL - Maranhão

EMENTA: Institui tarifa social de água destinada a aposentados, idosos e portadores de deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências.

Art. 1º - Determina que seja instituída e regulamentada por lei, a tarifa social de água destinada a aposentados, idosos e portadores de deficiência, que comprovem baixa renda familiar.

§ 1º - A tarifa social de água aplica-se exclusivamente a unidades habitacionais unifamiliares.

§ 2º - Considera-se baixa renda, para os efeitos desta lei, a renda familiar que não ultrapasse a 3 (três) vezes o valor do Piso Nacional de Salário.

§ 3º - Considera-se idoso, para fins desta Lei, as pessoas com idade superior a sessenta e cinco anos e portadores de deficiência, as pessoas impedidas de locomover-se e que e que sobrevivem apenas o salário mínimo da aposentadoria que recebem.

Art. 2º - A tarifa social de água, que substituirá a tarifa especial cobrada pela Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão – CAEMA, consiste:

I – na cobrança de tarifa constante com base no menor valor de custo por metro cúbico de água, independente do nível de consumo;

II – no limite máximo de consumo mensal de 32 (trinta e dois) metros cúbicos, dentro do qual incidirá a tarifa do inciso I.

§ 1º - O consumo de água que exceder ao limite máximo fixado no inciso II deste artigo, será cobrado como tarifa normal.

§ 2º - Nos casos em que houver erro comprovado de leitura ou vazamento de água ocorrido independente de ação ou omissão do consumidor, a conta de consumo de água respectiva será calculada com base na média de consumo dos seis últimos meses.

Art. 3º Os usuários dos serviços de fornecimento de água que fizerem jus à tarifa social, para dela se beneficiarem, deverão requerê-lo junto à CAEMA, comprovando os requisitos disposto no Art. 1º desta Lei.

Parágrafo Único – A CAEMA estabelecerá procedimentos sumários e simplificados para os deferimentos e aplicação da tarifa social de água.

Art. 4º - Na implantação da medida estabelecida por esta Lei, a CAEMA evitará o aumento da tarifa normal aplicada aos demais consumidores.

Art. 5º - O Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário “Gervásio Protásio dos Santos” do Palácio “Manoel Bequimão, São Luís, 29 de março de 2004.

Reginaldo Costa Nunes
Deputado Estadual - PL-MA
3. Vice-Presidente

JUSTIFICATIVA

A presente Proposição tem por objetivo prestar assistência social a aposentados, idosos e aos portadores de deficiência que não possuem renda suficiente para arcar com as despesas do cotidiano, mediante a redução nos valores cobrados pelo consumo de água.

O Projeto de Lei que ora apresentamos encontra amparo em diversos dispositivos da Constituição Federal a serem destacados:

a) no caput do artigo 203 e seu inciso IV a saber:

“Art. 203 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”;

b) no artigo 230:

“Art. 230 – A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”;

c) no artigo 23, inciso II:



“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

Ainda sobre a iniciativa, deve-se destacar a competência desta Egrégia Casa Legislativa, outorgada pelo artigo 12, inciso I, alíneas i, e j, da Constituição do Estado, que atribui a esta Casa, dispor sobre a matéria:

“Art. 12 – Compete, ainda, ao Estado:

i – promover e incentivar programas de construção de moradias e fomentar a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

j – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

Mesmo não sendo considerada a tarifa como integrante do gênero “tributo”, por analogia e por já ter esta Assembléia legislado, por diversas vezes, sobre a tarifa de água, não resta dúvida quanto à competência do poder de legislar sobre esta matéria.

É notório o baixo poder aquisitivo do segmento da população do Maranhão que pretendemos assistir com esta Lei. Destaque-se o custo da cesta básica calculado para duas pessoas, hoje em média de R\$ 90,00 (noventa) reais. Como atender aos demais custos com sua subsistência, com moradia, higiene, transportes, medicamentos, entre outros, tendo em vista que a maioria das pessoas recebem apenas o salário mínimo de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), no referido mês.

A própria Constituição Federal em seu art. 7º, inciso IV a saber:

“Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transportes e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”.

Em passado recente, nos assentamentos populacionais e ainda, em várias Regiões Administrativas, não existe o medidor de consumo de água. A cobrança é feita por seu valor médio, equivalente ao consumo de 18 metros cúbicos de água.

Desnecessário seria ressaltar a relevância social que um sistema de abastecimento de água e de saneamento tem para a saúde da população. A Lei 10.741, de 2003, Estatuto do Idoso,

em seu Título II – Dos Direitos Fundamentais – Capítulo I Direito à Vida, nos art. 8º e 9º dispõem:

“Art. 8º - O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente”.

“Art. 9º - É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

No tocante ao segmento da população que serão abrangido por esta Lei, entendemos que os serviços da água e esgoto são extremamente necessários e importantes para a preservação da sua saúde.

O aumento da tarifa de água está inviabilizando que essas pessoas paguem suas contas de água, em no prazo do vencimento, ou até mesmo não pagam, dada a insuficiência de sua renda, correndo o risco, portanto, de terem o fornecimento cortado pela falta de pagamento.

Neste caso, é dever fundamental do Estado ampará-los em obediência, até, a princípios constitucionais. Um investimento previsto, como este, na área de saúde será, certamente, recompensado pela redução do risco de doenças e outros agravos, que se não prevenidos, o Estado é quem pagará, em razão ter mais doentes nos hospitais públicos.

DIANTE DO EXPOSTO, e pelo relevante interesse social, conclamamos aos ilustres parlamentares a aprovarem a presente Proposição.

É o que espera e deseja.

Reginaldo Costa Nunes

Deputado Estadual - PL - Maranhão

3. Vice-Presidente

Gabinete do Deputado João Evangelista
PROJETO DE LEI Nº 050/04

Considera de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CENTRO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO DE CAJARI.

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CENTRO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO DE CAJARI, com sede e foro no município de Cajari, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Deputado "Gervásio Santos" do Palácio Manoel Bequimão, em 25 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 065/04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Teresa Dias, ocorrido nesta Capital.

Requero, ainda, que seja encaminhada mensagem de sentidos pêsames aos pais da saudosa Teresa Dias, Dr. Isaac Dias, Prefeito Municipal de São Bento e sua esposa D. Bitinha Dias.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 29 de março de 2004.

MAURO BEZERRA
Deputado Estadual

INDICAÇÕES

Gabinete do Deputado João Evangelista **Indicação nº 250/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alceu Venturoso Júnior, Gerente Geral da TELEMAR, solicitando providências no sentido de implantar o Sistema de Telefonia Pública no Povoado Olho D' Água, no município de Pedreiras. A instalação desse serviço é de considerável importância para essa comunidade possibilitando-lhe a comunicação e reduzindo a distância que a isola do desenvolvimento.

Plenário "Gervásio Santos" do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 29 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista **Indicação nº 251/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alceu Venturoso Júnior, Gerente Geral da TELEMAR, solicitando providências no sentido de implantar o Sistema de Telefonia Pública no Povoado Centro do Julião, no município de Pedreiras, considerando a grande necessidade de comunicação que o mundo exige e essa comunidade ressenete-se da falta deste benefício, tendo que se deslocar a outros centros para fazer uso de um telefone.

Plenário "Gervásio Santos" do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis, 29 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista **Indicação nº 252/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alceu Venturoso Júnior, Gerente Geral da TELEMAR, solicitando providências no sentido de implantar o Sistema de Telefonia Pública, no povoado Morada Nova, no município de Pedreiras. A adoção dessa medida é de considerável importância para as famílias daquela localidade que precisam se deslocarem para outros centros para suprirem suas necessidades de comunicação.

Plenário "Gervásio Santos" do Palácio Manoel Bequimão, em 29 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

Gabinete do Deputado João Evangelista **Indicação nº 253/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alceu Venturoso Júnior, Gerente Geral da TELEMAR solicitando providências no sentido de implantar o Sistema de Telefonia Pública no Povoado Sapucaia, no município de Pedreiras. A instalação desse serviço é de considerável importância para essa comunidade, possibilitando-lhe a comunicação e reduzindo a distância que a isola do desenvolvimento.



Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 29 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 254/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alceu Venturoso Júnior, Gerente Geral da TELEMAR, solicitando providências no sentido de implantar o Sistema de Telefonia Pública no Povoado Bom Lugar dos Correias, no município de Pedreiras, considerando a grande necessidade de comunicação que o mundo exige e essa comunidade ressen-te-se da falta deste benefício, tendo que se deslocar a outros centros para fazer uso de um telefone.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 29 de Março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 255/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alceu Venturoso Júnior, Gerente Geral da TELEMAR, solicitando providências no sentido de implantar o Sistema de Telefonia Pública, no Povoado Lago da Onça, no município de Pedreiras, considerando a grande necessidade de comunicação que o mundo exige e essa comunidade ressen-te-se da falta deste benefício, tendo que se deslocar a outros centros para fazerem uso de um telefone.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis, 29 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

**Gabinete do Deputado João Evangelista
Indicação nº 256/04**

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Alceu Venturoso Júnior, Gerente Geral da TELEMAR, solicitando providências no sentido de implantar o Sistema de Telefonia

Pública no povoado Alto de Areia I, no município de Pedreiras, considerando a grande necessidade de comunicação que o mundo exige e essa comunidade ressen-te-se da falta deste benefício, tendo que se deslocar a outros centros para fazerem uso de um telefone.

Plenário ‘Gervásio Santos’ do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis, 29 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

**GABINETE DO DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA
Indicação nº 257/04**

Senhor Presidente:

Na forma regimental requero a V.Exa., que após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador, José Reinaldo Tavares, solicitando o deslocamento da Unidade Móvel do Viva Cidadão para o município de Itapecuru Mirim.

Distante 110 Km da cidade de São Luis, o município de Itapecuru Mirim possui 50.000 habitantes, muitos necessitando de documentos básicos que possibilite o exercício de sua cidadania. O deslocamento da Unidade Móvel do Viva Cidadão possibilitará a expedição destes documentos, evitando deste modo o deslocamento destas pessoas até São Luis para adquirirem seus documentos.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luis 31 de março de 2004.

João Evangelista
Deputado Estadual

**GABINETE DO DEPUTADO REGINALDO COSTA NUNES
3º VICE-PRESIDENTE**

INDICAÇÃO Nº 258/04

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno deste desta Casa, requero a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Dr. ALCEU VENTUROSO JÚNIOR, Gerente Geral da TELEMAR no Maranhão, solicitando a instalação de telefones públicos nas Ruas Boa Vista, São Lucas e na Avenida Rei Salomão, pertencentes ao bairro São Raimundo da Trizidela, na cidade de Codó, objetivando desta forma, facilitar a comunicação daquela população com outras localidades, principalmente nos casos de urgência.

Contamos de certo, com o atendimento deste pleito, por se constituir de pleno direito.

Palácio “Gervásio Protásio dos Santos” do Palácio Manoel Bequimão”, em São Luís, 29 de março de 2004.

Reginaldo Costa Nunes
Deputado Estado – PL-MA.
3º Vice Presidente

**GABINETE DO DEPUTADO REGINALDO COSTA NUNES
3º VICE-PRESIDENTE**

INDICAÇÃO Nº 259/04

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 131 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, solicito que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Dr. JOSÉ REINALDO TAVARES, para que autorize a Secretaria de Estado Extraordinário de Coordenação do Programa Especial de Saúde Preventiva, na pessoa do Dr. REMI TRINTA, implantar, nos bairros da capital, um programa **mensal de coleta de sangue**, com o objetivo de atender de plano, a deficiência de sangue nos hospitais do Estado e do Município, problema este, que só prejudica as pessoas mais carentes.

Esse programa de relevante interesse social, por certo, se merecedor do apoio dos ilustres colegas deputados, trará benefício à maioria do segmento da população carente de São Luís, que encontram-se nos hospitais a espera de uma bolsa de sangue, para fazer uma simples cirurgia. É notório que a falta de doadores de sangue é uma constante em todo território nacional, o que ocasiona um verdadeiro caos, ao atendimento da sociedade.

Plenário “Gervásio Protásio dos Santos”, do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 29 de março de 2004.

Reginaldo Costa Nunes
Deputado Estadual PL-Maranhão
3º Vice-Presidente

GABINETE DEPUTADO ALBERTO FRANCO

INDICAÇÃO Nº 262/04

Autoria: Deputado Alberto Franco

Senhor Presidente

Na forma regimental, requiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando providências, no sentido de determinar à Gerência de

Desenvolvimento Humano - GDH, que autorize a **CONSTRUÇÃO DE UM FAROL DA EDUCAÇÃO**, no **MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA - MA**, considerando a relevância do programa na área educacional e a exigente demanda formada por jovens estudantes que residem no referido município e nos municípios circunvizinhos, pela construção de uma biblioteca farol da educação.

A construção de uma **BIBLIOTECA FAROL DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA**, em uma área destinada para tal fim, contribuirá ainda mais para a melhoria da qualidade do ensino público, no que concerne a melhores oportunidades de acesso à leitura e à escrita, elementos essenciais para o processo de aprendizagem, além de garantir a evolução educativa de crianças e adolescentes moradores no município e municípios circunvizinhos.

Por oportuno, quero lembrar que pleito nesse sentido foi elaborado pela Prefeitura Municipal de Santa Quitéria - MA à GDH, processo nº 8452/2003, de 19 de dezembro de 2003, cópia em anexo.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 29 de Março de 2004.

ALBERTO FRANCO
DEPUTADO ESTADUAL PSDB

**Gabinete do Deputado Reginaldo Costa Nunes
3º Vice-Presidente**

INDICAÇÃO Nº 263/04

Senhor Presidente,

Na forma do que dispõe o Regimento Interno desta Casa, requiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente a Dra. ALEXANDRA MIGUEL CRUZ TAVARES, Secretária de Estado Extraordinária de Solidariedade Humana, solicitando ao Diretor do Viva Cidadão, o caminhão itinerante do Viva Cidadão para assuntos sociais, para realização de um mutirão da cidadania, na cidade de Bacabal, no dia 17.04.2004, (sábado), para atender às pessoas carentes daquela localidade.

Contamos de certo, com o atendimento deste pleito, por se constituirde pleno direito.

Palácio “Gervásio Protásio dos Santos” do Palácio Manoel Bequimão”, em São Luís, 29 de março de 2004.

Reginaldo Costa Nunes
Deputado Estadual – PL Maranhão
3º Vice-Presidente



**ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e
24.950.

Rua do Egito, n. 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA

Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembléia, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados à Secretária de Comunicação em disquete;
- b) medida da página - 17 cm de largura e 25 cm de altura;
- c) Editor de texto padrão: word for windows - versão 6.0 ou superior;
- d) Tipo de fonte: Times New Roman;
- e) Tamanho da letra: 10;
- f) Entrelinhas automático;
- g) Gravar no disquete sem compactar, sem vírus de computador;
- h) O disquete só deverá ser gerado após o ato oficial estar devidamente assinado;
- i) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
- j) Utilize tantos disquetes quanto seu texto exigir.

08 DE ABRIL
DIA MUNDIAL DO COMBATE AO CÂNCER

Saúde & prevenção

Câncer é um termo vago mas amplamente usado para designar formas mais agressivas de doenças denominadas neoplasias. É doença decorrente do descontrole no crescimento das células - é uma malignidade celular. As células passam a se multiplicar muito rapidamente, com tendência a invadir órgãos e também produzir metástases, isto é, a reproduzir-se em locais distantes do seu local de origem. O comportamento das células cancerosas não obedecem os mecanismos biológicos que governam o crescimento e o metabolismo do organismo. Algumas neoplasias tem crescimento muito rápido e outras não quando então podem até se confundir com um tecido normal.

As neoplasias são classificadas em benignas e malignas em função do seu comportamento. O processo maligno é o que tem crescimento muito rápido e tende a invadir o tecido normal adjacente sendo que algumas vezes formam metástases e caracterizam a doença denominada câncer. A metástase é o tumor maligno que se instala longe de suas origens, como por exemplo ocorre no câncer de pulmão que pode se instalar no cérebro. O câncer pode também desenvolver distúrbios em outros órgãos distantes do tumor de origem e não são devidos a metástases e sim a manifestações reacionais ao processo maligno podendo se apresentar então como uma neuropatia, ou como anemia ou mesmo uma doença renal, por ex. A neoplasia é considerada benigna quando é bem delimitada, encapsulada, apresenta células bem estruturadas e não invade o tecido adjacente.

O Ministério da Saúde, por intermédio do Instituto Nacional de Câncer, coordena e promove ações de caráter nacional, que são desenvolvidas em cada estado brasileiro envolvido no Programa de Prevenção e Vigilância do Câncer. Os coordenadores estaduais, ligados às Secretarias Estaduais de Saúde, desenvolvem atividades sociais, esportivas ou educacionais, de acordo com suas necessidades e disponibilidade.

Ser um voluntário no combate ao câncer não significa estar ligado a uma instituição ou entidade. Esse trabalho pode ser exercido na sua empresa, residência, escola ou comunidade. Para isso, basta dedicar um pouquinho do seu tempo para ser um multiplicador de informações a respeito da prevenção.